

## FORA TEMER, NENHUM DIREITO A MENOS



### PREVIDÊNCIA E DIREITOS TRABALHISTAS AMEAÇADOS



**PT**  
A questão do voto  
para as mesas do Congresso  
págs. 4 e 8

**Luta de Classe**  
Greve nacional  
da Educação  
pág. 6

**100 anos da Revolução Russa**  
Os antecedentes  
de fevereiro de 1917  
pág. 9

**Internacional**  
Palestinos lutam contra  
demolição de suas casas  
pág. 11

# A UERJ corre o risco de fechar as portas

“Estudantes estão desistindo da universidade e indo direto procurar alternativas no mercado de trabalho”

Em 31 de janeiro, vimos mais uma cena de confronto violento entre polícia e manifestantes em frente à Assembleia Legislativa do estado (Alerj). O governo Pezão (PMDB) começou o ano afoito para votar o “ajuste fiscal”, uma série de medidas que incluem a privatização da Cedae (empresa de abastecimento de água e saneamento do estado) e a diminuição do salário de servidores via aumento da contribuição previdenciária.

A Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), uma das maiores e mais importantes do país, com 2977 docentes, 4519 funcionários e 32.220 estudantes, é uma das instituições que mais tem sofrido com os ataques do governo.

O reitor e a vice-reitora da UERJ, Ruy Garcia Marques e Maria Georgina Muniz Washington, publicaram em carta, assinada também por antigos reitores, acusaram o governo de “forçar o fechamento da UERJ” (O Globo, 01/01). O hospital universitário Pedro Ernesto (Hupe), por falta de dinheiro mantém somente 92 dos seus 500 leitos. Tania Carvalho Netto, sub-reitora de graduação da UERJ, disse que o quadro do hospital é de “calamidade”.



Estudantes da universidade não sabem se terão aulas esse ano, nem se conseguirão se formar. Segundo o ex-aluno de filosofia da UERJ Rudá Lemos, “a crise afeta o acesso ao aluno mais carente à faculdade, vide que as bolsas para estudantes também estão atrasadas. Os demais alunos estão com acesso limitado aos órgãos administrativos da faculdade e encontram professores e funcionários desmotivados. A sujeira na faculdade e falta de material básico já era algo que estávamos acostumados. O atraso na concessão de bolsas de estudo está impedindo que os alunos cotistas tenham dinheiro para se locomover até

a faculdade e de se alimentar. Acredito que muitos estão desistindo de continuar na universidade e indo direto procurar alternativas no mercado de trabalho”.

Michelle Wendling, professora do Instituto de Psicologia da UERJ, em entrevista para o site de O Trabalho, fala da possibilidade da universidade ser privatizada, ou fechar suas portas: “nas últimas assembleias [de professores] discutimos sobre algumas matérias em jornais que sugerem a privatização como uma espécie de

solução final para as universidades públicas em ‘crise’. Uma crise sem dúvida fabricada por uma gestão estadual catastrófica, mas que não destoa de um governo federal que tem como meta a privatização de diversos setores. Estamos todos bem apreensivos, a situação é bem grave. Imagino que se não houver resistência, a privatização será completamente possível.” (ver a íntegra da entrevista em: <http://otrabalho.org.br/>).

O governo golpista de Temer propôs ao governo Pezão uma “ajuda” que, para resumir, aprofundará ainda mais a crise do estado, pois exige como contrapartida a aceleração das privatizações e demissões em massa do funcionalismo.

Em resposta, os servidores, sem receber salários há 2 meses, tem intensificado os protestos. Policiais civis e agentes penitenciários anunciaram greve, assim como professores da rede pública e trabalhadores de outras categorias do estado.

Francine Iegelsk

## Milhões ficam de fora das universidades públicas

Sisu mostra a carência de vagas nas instituições federais e estaduais

O Sistema de Seleção Unificada (Sisu) - instrumento do Ministério da Educação que reúne vagas em universidades e institutos públicos de todo o país e classifica os estudantes com base nos resultados do Enem - divulgou os resultados das seleções no dia 30 de janeiro.

Os números de vagas nas universidades, contando inclusive com as das particulares com as 214 mil bolsas do Prouni, mas principalmente nas públicas, mostra o enorme déficit na oferta do Ensino Superior para nossa juventude.

No Sisu, foram disponibilizadas 238.387 vagas. Mas se inscreveram 2.498.261 estudantes em busca de uma vaga. Mais de 10 vezes o número de vagas disponíveis! Com a baixa quantidade de vagas, o número de inscrições no Sisu passou a diminuir nos últimos dois anos, apesar da participação no Enem aumentar anualmente.

Além daquelas vagas disponíveis no Sisu, outras instituições oferecerem

entrada por vestibular próprio, como as estaduais paulistas. Ainda assim, as universidades públicas deixam milhões de jovens do lado fora.

Segundo os dados mais recentes do IBGE, mais de 1 milhão e 900 mil jovens se formaram no ensino médio em 2014 e montantes parecidos se somam a cada ano (esse número revela outro problema, o fato de que apenas 56,7% se formam no ensino médio antes de 19 anos).

A PEC 55, aprovada no final do ano passado, vai justamente aumentar o número de jovens fora do ensino superior, ao interromper as nossas conquistas ao longo dos governos do PT que ampliaram investimento na Educação, aumentaram o número de instituições federais de ensino, de campus avançados e de novos cursos. O combate a esta PEC continua após sua aprovação, com as lutas que vão ser necessárias para tentar barrar as medidas que o governo vai buscar impor para efetivar o congelamento de investimentos.

## Marisa Letícia



Depois de 9 dias lutando pela vida, faleceu, no dia 2 de fevereiro, a companheira Marisa Letícia.

A Corrente O Trabalho do PT se solidariza ao companheiro Lula, aos seus familiares e amigos, e a todos os militantes do PT, no sofrimento pela perda. A morte de Marisa, internada depois de sofrer um AVC em 24 de janeiro, não pode ser recebida senão em relação à brutal perseguição feita contra Lula e toda sua família, encabeçada pelo Judiciário, com irrestrito apoio da imprensa burguesa.

Na primeira manifestação pública desde que Marisa foi internada, Lula, recebendo representantes do Movimento dos Atingidos por Barragens disse: “Eu acho que a pressão e a tensão

fazem as pessoas chegarem ao ponto que a Marisa chegou. Mas isso não vai fazer eu ficar chorando pelos cantos. Vai ficar apenas batendo na minha cabeça, como mais uma razão para que a luta continue.” Sim, apesar da triste perda, a luta continua.

“A primeira bandeira do PT eu é que fiz. Tinha um tecido vermelho, italiano, um recorte, guardado há muito tempo. Costurei a estrela branca e ficou lindo. Minha casa era o centro. Foi assim que começou o PT”, lembrou a companheira Marisa em uma declaração. Sim a luta continua e os militantes do PT, e com eles a Corrente O Trabalho, saberão honrar esta bandeira.

Companheira Marisa, presente!

Comissão Executiva  
Corrente O Trabalho do PT

# Que lições tirar?

Há momentos em que uma questão secundária ganha relevância maior e concentra os desafios a serem enfrentados.

Foi o caso da eleição da presidência das mesas da Câmara e do Senado. Uma questão que vinha sendo tocada como há muito tempo - as bancadas são levadas a acordo de votação em nomes que ultrapassam limites aceitáveis, em nome de uma proporcionalidade que a rigor não existe (v. pág. 4) - e a vida continua. Mas, desta vez, a eleição foi atravessada pela combinação de existir um governo golpista e uma profunda crise interna no PT.

A resolução adotada pelo Diretório Nacional que admitia o voto do PT em candidatos golpistas, e a imediata reação da militância revelam duas questões centrais (ver pág. 8).

A primeira, remete à permanência de uma política que alicerçou a crise partidária, sua fragilização e, portanto, abriu espaço para o golpe. Adaptada às atuais instituições, esta política levou a maioria do Diretório Nacional, como se vivêssemos uma situação de normalidade, à posição de convivência com o golpe, através de acordos por cargo, enredando o partido no jogo das instituições golpistas. Essa política se choca com a sobrevivência do PT como partido de massas ancorado nos interesses dos trabalhadores.

A segunda, mostra que no PT, apesar dos erros e das derrotas sofridas em 2016, há uma expressiva militância que resiste e quer recuperar

o partido como instrumento de luta da classe trabalhadora. Ao levantar-se, com os meios que dispõe, numa situação em que as instâncias partidárias esvaziadas não lhe permitem controlar na vida do partido, a militância em peso disse Não!, num contundente recado de unidade - contra certas manobras divisionistas - e de afirmação do partido, um chega de conciliação!

## AFIRMANDO O PT, MILITANTES DIZEM: CHEGA DE CONCILIAÇÃO

É a militância que conectada aos trabalhadores quer seu partido a serviço dessa luta, a única capaz de derrotar o golpe e todas as políticas que ele pretende avançar.

Contra a destruição da previdência, pelo cumprimento do piso salarial nacional, os professores decidiram ir à greve da educação a partir de 15 de março. A CUT decidiu propor às outras centrais um dia nacional de paralisação, por nenhum direito a menos, no mesmo 15 de março.

São dois caminhos irreconciliáveis. Ou o PT, e seus parlamentares, se somam e ajudam a organizar - tarefa de um partido dos trabalhadores - a luta contra o golpe e seus ataques às conquistas de classe e de aniquilação da soberania, reatando assim com sua base social; ou, se permanece a atual política, o desenlace da

crise que atravessa o PT, jogará água no moinho dos golpistas que querem entregar o país aos interesses imperialistas.

É nesta esquina que o partido prepara seu 6º Congresso.

Apesar dos reverses sofridos, o PT segue sendo o único partido que pode colocar o freio na ofensiva contra o país e sua maioria trabalhadora. À condição de livrar-se da política que o jogou na atual situação.

Não é tarefa fácil. Como mostrou o episódio das mesas, o uso do cachimbo entortou a boca de vários. Mas é uma tarefa necessária e, como também mostrou o episódio das mesas, há uma militância disposta a lutar por isso, trilhar o caminho de reconstrução do PT como um partido dos trabalhadores.

Por isso renovamos o chamado à construção, nesse mês de fevereiro, das chapas "Unidade pela Reconstrução do PT", o que "não é tarefa exclusiva de nenhuma de suas correntes ou de suas direções. Na verdade, é a sua militância, maior que a soma de todas as correntes, que está chamada a protagonizar a resistência à regressão do país, que passa pela reconstrução do PT" (Manifesto dos Cinco pontos para a reconstrução do PT). Foi o que se demonstrou no episódio das mesas, no quase unânime "não votem em golpistas", vindo de baixo, em todos os cantos do país.

### OS MAIS RICOS 1

Oito homens concentram mais riqueza que os 3,6 bilhões da população mais pobre do planeta, conforme aponta o relatório da ONG Oxfam. No topo da lista da revista Forbes está Bill Gates, criador da Microsoft com US\$ 75 bilhões e o mais "pobre" dentre eles está Michael Bloomberg da Bloomberg LP com US\$ 40 bilhões.

Segundo o relatório nas próximas duas décadas, 500 indivíduos passarão mais de US\$ 2,1 trilhões para seus herdeiros, uma soma maior do que o PIB de um país como a Índia, que tem 1,2 bilhão de habitantes.

O relatório aponta ainda que os altos lucros são maximalizados utilizando paraísos fiscais ou promovendo a concorrência entre países na oferta de incentivos e tributos mais baixos.

### OS MAIS RICOS 2

A ONG Oxfam também relata que no Brasil seis homens concentram a mesma riqueza que toda a metade mais pobre da população do país (mais de 100 milhões de brasileiros).

De acordo com a revista "Forbes", no topo da lista está Jorge Paulo Lemann, sócio da Ambev (Skol, Brahma e Antarctica) e Joseph Safra, dono do banco Safra e em sexto lugar João Roberto Marinho, herdeiro do grupo Globo. João Roberto Marinho aparece empatado com seus dois irmãos, José Roberto e Roberto Irineu, com patrimônio de R\$ 13,92 bilhões cada um. Se fosse considerado o patrimônio dos três juntos, a desigualdade seria ainda maior.

A fortuna somada dos 6 mais ricos em 2016 era de US\$ 79,8 bilhões (cerca de R\$ 258 bilhões).

## Memória

### BUROCRACIA DA URSS DECIDE INVADIR O AFGANISTÃO

No dia 27 de dezembro, as forças armadas da União Soviética entram massivamente no território do Afeganistão. São elas que empossam o novo governo. O chefe desse governo, "amigo da URSS", dirigente do partido único, o "Partido Popular Democrático", é morto. E é substituído por Babrak Karmal, igualmente dirigente desse mesmo partido (...). O imperialismo americano (...) aproveitou-se dessa intervenção para desenvolver um ataque que, em última instância, visa atingir os fundamentos sociais da URSS. (...) Seus dirigentes [da URSS] não vacilam em sufocar brutalmente o direito do povo afegão a dispor de seu próprio destino, nem tampouco em orientar contra a URSS a hostilidade de milhões e milhões (...).

O Trabalho nº 47 - 5/2/1980



### Quem somos

O jornal O TRABALHO é o órgão da Corrente O Trabalho do PT, seção brasileira da 4ª Internacional. Sua edição nº 0 foi lançada em 1º de maio de 1978, em plena ditadura militar. Um jornal a serviço da luta dos trabalhadores, no Brasil e no mundo, ele se mantém fiel deste então à luta pelo fim do capitalismo, pela emancipação dos trabalhadores que será obra dos próprios trabalhadores. Em toda sua história, manteve o compromisso assumido em 1º de maio de 1978: "um jornal independente dos patrões, de seus partidos e governo". É por isso que ele se sustenta, exclusivamente, pela venda junto aos trabalhadores e jovens, os nossos leitores. Ele é vendido de mão em mão ou por assinaturas e toda arrecadação é para manter o próprio jornal.

Site: www.otrabalho.org.br  
Arte: Mariana Waechter

Facebook: www.facebook.com/jornalotrabalho

# É 'Fora Temer' ou não é?

Por trás de Maia e Eunício, a pressão para integrar o PT ao regime do golpe

O PT passou janeiro discutindo um acordo de voto com os golpistas Maia (DEM) e Eunício (PMDB) para as mesas da Câmara e do Senado. Isso quando deveria estar debatendo os meios de barrar a destruição da Previdência e a flexibilização da CLT anunciadas por Temer - a maior necessidade atual de sua base social -, que Maia e Eunício querem "acelerar" a votação.

Mas foi aquilo o que a reunião da Executiva Nacional dia 19 e do Diretório dia 20, com a presença de Lula, discutiram quase todo o tempo. Ao final, a maioria CNB (Construindo um Novo Brasil), MPT (Movimento PT) e NR (Novo Rumo), por 45 votos contra 30 votos (Muda PT, DAP e dissidentes da maioria), decidiu "ratificar" as negociações já em curso e remeter às bancadas "por consenso ou maioria" a posição de voto "em torno de compromissos" submetidos aos candidatos. A proposta foi do presidente Rui Falcão que, depois da reação da militância - corajosamente chamada pelo senador Lindbergh ao final da própria reunião -, agora passou a defender "candidaturas de oposição" e pretende explicar que "não era bem assim"...

## Mesas antidemocráticas e destruição de direitos

O debate a respeito foi embrulhado pela defasa da dita "proporcionalidade constitucional" para compor as mesas, uma meia-verdade que embute uma mentira, a serviço da "normalização" da convivência com os golpistas.

A senadora Gleisi Hoffman (CNB), contrária a negociação por se recusar a esquecer a deposição de Dilma pelos golpistas, exemplificou que o regimento do Senado fala de "proporcionalidade possível". Do mesmo modo que na Câmara, pois diz a Constituição "assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos" (art. 58). Quer dizer, não garante nada, e remete a tortuosas negociações, onde a todo momento podem se formar "blocos partidários" suplantando o PT que tem a segunda bancada na Câmara e terceira no Senado, numa votação que é individual e secreta, por cima dos próprios partidos. Daí, a solução de votar em Maia e Eunício, para tentar assim garantir "proporcionalidade".

Mais uma demonstração, na verdade, do caráter anti-democrático e corrupto destas instituições. Que confirma, se necessário fosse, a atualidade da luta por uma Constituinte Soberana para estabelecer, de fato, a democracia, começando

por uma reforma política nas instituições representativas (voto proporcional e em lista, abolição do Senado etc.).

Em termos práticos, a defesa da democracia, agora, é manter a independência sem conciliação com os golpistas para "ocupação de espaços" na mesa. Nem, muito menos, para "minorar a reforma da Previdência", como justificou o líder na Câmara, Zaratini, na defesa da proposta. Ele foi cobrado por Markus Sokol, que dividiu com Lindbergh a defesa do projeto da deputada Margarida Salomão, ali derrotado: "Não queremos 'minorar' a reforma, nós, junto com os sindicatos e o povo, queremos barrar a reforma da Previdência. Mas isso não se faz com cargos na mesa. Isso se pode fazer do lado de fora, nas ruas e em greve, e daí para dentro do parlamento. Aí não há mesa que resista".

## "Faltam 9 letras: f-o-r-a-t-e-m-e-r"

Foi menos notada a resolução de conjuntura do DN, aprovada por mandato a uma comissão CNB-Muda PT para fundirem os seus textos. Ela que não fala Fora Temer. Fala coisas certas, aliás, como também a resolução de Rui, denuncia as medidas do governo, até fala no seu fim em algum lugar... mas ambas não falam o necessário:

- Voto em golpista, não!

- Fora Temer!

É grave. O mesmo DN que buscou acordo com os golpistas, aprovou uma resolução sem Fora Temer pela primeira vez desde o começo do golpe. "Faltam 9 letras f-o-r-a-t-e-m-e-r nos dois projetos", ainda levantou Sokol no DN, mas não foi levado em conta na comissão. Novos tempos?

O risco é o PT repetir o PCdoB, especialista em "ocupar espaços" em qualquer governo de qualquer partido... porque não na mesa? No dia 30, seu Comitê Político reafirmou o acordo com Maia e Eunício que tem "abertura para se comprometer com diretrizes apresentadas (pelo PCdoB)". Quem acredita que os líderes do golpe que rasgaram a Constituição e os regimentos das duas casas vão agora respeitar um "compromisso" ou "diretriz" democrática? Mas o PCdoB de origem stalinista é assim. O risco é o PT, com origem independente do stalinismo e da social-democracia, cair no buraco sem fundo dessa política burocrática que pode ser aleijar um partido de massas.

É o que está em jogo quando concluímos este artigo. A futuro do PT depende da reação da sua militância. É no que apostamos, junto com todos que lutam pela Reconstrução do PT.

J.A.L., 31/1/17



Atos em SP, Curitiba e Natal, além de emails e manifestos, inclusive de 31 dos 44 membros da Executiva da CUT, além da CMP e outros, influenciaram as bancadas (ver pag.8).

No ato de 300 em SP, foi lida a carta de 25 presidentes de Zonais aos parlamentares para "rejeitar acordos com os partidos que cometeram o golpe contra de estado".

O deputado Vicentinho relatou que em reunião com metalúrgicos da Volkswagen "os petistas me alertaram: 'olha ai em quem vão votar, cuidado com esses golpistas'. Eu sei de onde vim, temos de dialogar com todos, mas temos de ouvir as nossas bases. Fora Temer!".

Para Markus Sokol, "a militância começou a virada. Não engole mais e se levanta. Por isso saíram junto 25 presidentes de DZs de todas tendências. Tem um recado aí: unidade, convencer, não dividir. Esse é nosso recado: 5 pontos de unidade pela Reconstrução do PT, um deles 'chega de conciliação!'".

## CALENDÁRIO DO 60º CONGRESSO DO PT

**ATÉ 6 DE MARÇO** - inscrição das chapas aos diretórios municipais e zonais, e chapas de delegados estaduais

**9 DE ABRIL** - data do processo de eleição direta (PED)

**5, 6 E 7 DE MAIO** - datas dos congressos estaduais

**1, 2 E 3 DE JUNHO** - data do congresso nacional

## Luciana Lava-Jato

O PSOL também dá vivas ao juiz Moro?

A dirigente do PSOL e ex-candidata presidente, Luciana Genro, tem lado, o lado do juiz Moro.

Num artigo de 24 de janeiro, após a morte do ministro do STF, Teori Zavascki, ela se diz preocupada com o "futuro incerto da Lava-jato". Uma frase resume: "Sergio Moro declarou que sem Teori não teria havido Lava-Jato". O juiz Moro é o critério da verdade, e da ética também, naturalmente. Daí, que, alarmada, Luciana chama "todos e todas a sair em defesa da Lava-Jato".

Depois de que a operação que quase quebrou a engenharia nacional em benefício das empresas estrangeiras, abalou a Petrobras e gerou milhões de desempregados na cadeia do petróleo

e gás e na indústria naval, Luciana radicaliza na defesa da Lava-Jato. "Socialista", essa Luciana? Milhões de desempregados tem razão de duvidar.

Depois que vieram a público as relações dos procuradores e juizes da Lava-Jato com o Departamento de Justiça dos EUA, na calculada perseguição contra Lula, Dilma e o PT, em processos manipulados, onde os direitos não foram respeitados, que tipo de "Liberdade" Luciana defende? Liberdade, para quem?

O Partido Socialismo Liberdade, PSOL, se silenciar sobre a orientação de sua líder mais conhecida, fica mal com as bonitas palavras que escolheu para seu nome.

# AÇÃO PETISTA

“AGIR COMO O PT AGIA!”



## CRESCER A UNIDADE PELA RECONSTRUÇÃO

O desejo de unidade pela reconstrução do PT está animando a militância em todo o Brasil. Em várias cidades, encontros expressivos vêm sendo realizados para a formação de chapas de unidade, o que tem motivado ações políticas concretas, como os atos contra o apoio aos golpistas na Câmara e no Senado.

O Comitê Nacional do Diálogo e Ação

Petista, em sua reunião de 13 de janeiro, já havia identificado essa tendência e a necessidade de abrir canais para esse sentimento, chamando a unidade em torno de cinco pontos básicos: fora Temer, nenhum direito a menos, apoio a greve geral; chega de conciliação, fim da aliança nacional com o PMDB; não participar de governo com golpistas; Constituinte pelas reformas populares; e fim do PED.

### ATO EM BRASÍLIA REÚNE 15 DIRETÓRIOS



Ato em Brasília de militantes pela reconstrução do PT

No dia 26 de janeiro, 72 militantes de 15 Diretórios do PT-DF e do Entorno de Goiás se reuniram num ato de pré-lançamento das chapas de Unidade pela Reconstrução do PT.

A mesa foi composta por Edison Cardoni (DZ Plano Piloto), Marcius Siddartha (Coordenação Regional do DAP), Sérgio Ronaldo (Comitê Nacional do DAP), Val Teixeira (DZ Paranoá) e Cristina Souto (DZ Guará).

Sérgio Ronaldo informou sobre os preparativos para a construção da tese a ser proposta para as chapas e chamou a atenção para a importância dos militantes exigirem das bancadas do PT que não façam nenhum acordo com golpistas na composição das mesas da Câmara e do Senado.

Vários dos coordenadores de chapa das zonais presentes lembraram que negar esse acordo é coerente com o “não à conciliação” e o “nenhuma participação

em governo com golpistas”, que integram os cinco pontos do Manifesto base, lido no início dos trabalhos por Val Teixeira. Foi aprovada a moção “Nenhum voto em golpistas” e anunciada a ida de uma delegação para apresentá-la à bancada de deputados e senadores.

No ato também foi lançado o manifesto “Jovens pela Reconstrução”, que chama os jovens a participar das chapas e à filiação ao PT daqueles que estão chegando agora.

Marcius Siddartha, da coordenação regional do DAP-DF, agradeceu a colaboração de todos os que tornaram possível a realização da atividade e ressaltou que apresentamos os cinco pontos a todo o partido, a todos os seus militantes e agrupamentos, como uma base necessária para a Reconstrução do PT.

Cristina Souto conduziu o sorteio da rifa das canetas com a logomarca “Militantes pela Reconstrução do PT” e chamou para a adesão ao livro-ouro, atividades que renderam mais de R\$ 1 mil.

O ato foi encerrado com a palavra de ordem “Fora Temer, Nenhum Direito a Menos” e uma confraternização com comes e bebes.

Correspondente

### DIVULGUE NOSSA LUTA

O grupo de comunicação do Diálogo e Ação Petista está desenvolvendo um trabalho sistemático para ampliar o debate entre a militância sobre os temas que marcarão o 6º Congresso do PT e para difundir as propostas do DAP, com base na Unidade pela Reconstrução do PT.

Na cartilha Manual de uso para ações no Facebook para preparar o 6º Congresso, disponível no link <https://militante.petista.org.br/cartilha/>, os militantes podem ter uma ideia clara desse trabalho.

A principal ação é um questionário que propõe participar no 6º Congresso. Para maior difusão, solicitamos que o questionário seja curtido e compartilhado na página <https://www.facebook.com/militante.petista/>, no post 6º Congresso do PT: sua participação é muito importante.

Qualquer dúvida ou sugestão para trabalho nas redes deve ser enviada por e-mail a [militantes.petistas@gmail.com](mailto:militantes.petistas@gmail.com).

### EM SÃO PAULO, MAIS DE 70 PRESENTES

Com mais de 70 presentes e tendo na mesa os dirigentes petistas Luciano Barbosa (Executiva DMPT São Paulo), Barbara Corrales (DAP Capital), Carmem Silva (presidente DZ Centro) e Sidnei Pita (DZ Moóca), os dois últimos lideranças do movimento de moradia, realizou-se dia 10 de janeiro a reunião “Militantes Petistas pela Reconstrução do PT”

Estiveram presentes representantes dos mandatos da vereadora Juliana Cardoso e do deputado estadual Rillo, os presidentes dos zonais de Vila Maria e Penha, além da militância petista de mais de 15 zonais da capital, e dirigentes da CUT, Sinpeem e Sindsep.

A discussão, acalorada, partiu da apresentação do documento “Unidade pela Reconstrução do PT”, cujo eixo, “Fora Temer! Nenhum direito a menos”, foi unânime entre os presentes.

Segundo Carmem, “a situação aberta exige de nós uma posição firme: se falamos ‘Fora Temer’ não podemos depois sair fazendo acordos com os golpistas. No Centro, temos discutido no DAP uma chapa ampla, com esta mensagem”.

Sidnei acrescentou que “para a moradia, o golpe foi um ataque. Mas tem uma raiz aí, que foram as alianças que o PT fez com o PMDB, que governa atacando os movimentos e as nossas conquistas”.

Luciano, ligado ao grupo Novo Rumo, ponderou que “sabemos que a saída é a reconstrução do PT, mas para isso temos de disputar a sociedade, temos de ter lado, voltar a ficar com os trabalhadores, com a CUT e os movimentos”.

Ao final, aderiram à chapa estadual “Unidade pela Reconstrução do PT” 24 companheiros. E reuniões nos DZ deverão ser feitas para organizar as chapas locais.

Correspondente

### PETISTAS PELA RECONSTRUÇÃO SE REÚNEM NO CONGRESSO



Petistas pela reconstrução reunidos no congresso do Andes

Doze professores petistas se reuniram no dia 28 de janeiro, num intervalo do Congresso do ANDES (Cuiabá, MT). Companheiros de SP, PB, AL, RJ, BA, GO, PE, RS e MT discutiram os cinco pontos propostos pelos militantes pela reconstrução do PT. Os companheiros relataram a situação do PT e depois entraram no debate sobre os cinco pontos.

Para os professores, em que pese a crise profunda, o PT se mantém como alternativa concreta da classe trabalhadora. As intervenções enfatizaram a necessidade de evitar qualquer composição com os golpistas. “Não é possível realizar alianças com aqueles que não apenas realizaram o golpe, mas que seguem com a retirada de direitos”, disse Cristiano Engelke, de Rio Grande (RS).

Sobre a Constituinte, um verdadeiro debate se estabeleceu, com companheiros vendo a coerência da proposta, mas questionando a oportunidade de levantá-la numa conjuntura que “nos é desfavorável”.

Para Dimas Santana, de Cáceres (MT), para a reconstrução do PT “é preciso repensar o PED, impedir coligação com os golpistas, mas também reforçar a denúncia dos golpistas do poder judiciário”.

Os professores se comprometeram a abrir o debate dos cinco pontos em seus diretórios.

Flávio Dantas



Mais de 60 delegados e delegadas petistas ao 33º Congresso da CNTE (12 a 15 de janeiro), participaram da reunião que discutiu os cinco pontos de “Unidade pela Reconstrução do PT”.

Na foto, em destaque, João Felício e Nelson Galvão, dois dos convocadores da reunião.

# 15 de março: começa a greve geral da educação

Por decisão do 33º Congresso da CNTE professores vão parar em defesa dos direitos

O 33º Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE-CUT) reuniu mais de 2.500 delegados de todo o Brasil entre os dias 12 e 15 de janeiro em Brasília. A principal deliberação foi a construção da Greve Geral da Educação a partir de 15 de março. Na pauta da greve geral da educação, se destacam a luta contra o ataque à previdência e a exigência do cumprimento do Piso Salarial Nacional. Para preparar a greve a CNTE chama a realização de assembleias gerais nos estados em 8 de março.

## Construir a unidade

Em defesa da educação e dos direitos, os delegados do 33º Congresso da CNTE decidiram entrar em greve e chamar a construção da unidade para resistir às ameaças que pesam sobre o conjunto da classe trabalhadora:

“...A CNTE se dirige à CUT, demais centrais sindicais e movimentos sociais para que apóiem o Calendário de Lutas e Mobilização da Educação



e que mobilizem e organizem toda a Classe Trabalhadora por uma Greve Geral 'Nenhum Direito a Menos' e que derrote os ataques do governo golpista de Temer...”

## Outras decisões

O agrupamento “Em defesa da CNTE CUTista e de Luta”, que reuniu delegados de sete estados, também contribuiu para que o congresso da CNTE ratificasse posições políticas gerais de conjuntura e de mobilização. Entre elas, a exigência pela retirada das Tropas da ONU do Haiti; a reafirmação da proposta da

CUT por uma Constituinte Soberana que faça as reformas populares necessárias. Também construiu a resolução aprovada por uma campanha da CNTE e de seus sindicatos de base em defesa dos professores de educação física, campanha que tem por bandeira “nenhum professor deve pagar para trabalhar”, contra as cobranças obrigatórias que o Conselho Regional de Educação Física faz aos profissionais da área.

O companheiro Nelson Galvão (professor de São Paulo/SINPEEM), foi eleito para a diretoria executiva adjunta da CNTE, integrando a chapa 30 (CUT)

que obteve 1854 votos, 86% do total. As demais chapas: chapa 10 (Conlutas, 209 votos) e 20 (intersindical, 73 votos) não somaram os 10% necessários para integrarem proporcionalmente a nova direção da CNTE.

A decisão do 33º Congresso da CNTE pode ajudar a inaugurar uma nova etapa na luta em defesa dos direitos e contra o governo ilegítimo de Temer.

Esse congresso abriu o ano de 2017 dando um importante passo, organizando a categoria em defesa de suas reivindicações e na luta contra o programa dos golpistas, e chamando a unidade dos trabalhadores. A greve dos professores merece todo apoio, ela pode se constituir numa ajuda à necessária construção da greve geral por “Nenhum Direito a Menos”, como propõe a CUT.

Juliano Godoi

## Congresso do ANDES-SN: unidade contra Temer

Apesar da posição divisionistas da direção, docentes decidem somar-se ao 15 de março

O 36º Congresso do ANDES-SN, em Cuiabá (MT) se encerrou na madrugada de 29 de janeiro, teve como principal conclusão a necessidade da unidade para lutar contra o ajuste fiscal (Emenda Constitucional do teto de gastos), as contrarreformas Trabalhista e da Previdência e pelo Fora Temer.

Neste sentido, a decisão dos delegados de somar o ANDES-SN ao dia 15 de março (data definida no Congresso da CNTE, ver acima), “na perspectiva da greve geral”, como afirma a resolução adotada pelos delegados, foi a mais importante tomada no Congresso. Não foi tomada, contudo, facilmente. A diretoria do ANDES-SN desde a plenária de conjuntura, que abriu o Congresso, passando pelos grupos de trabalho, militou contra a adoção da data, com o surrado argumento de que está sendo puxada por entidades ligadas à CUT (“fora do campo classista”, na estranha linguagem da Diretoria). A intervenção dos delegados identificados com o Fórum Renova ANDES-SN, defendendo um acordo em favor do dia 15 de março, sem pré-condições, permitiu a aprovação, praticamente por unanimidade, de

uma resolução que propõe, “reforçar o dia 15, com mobilizações, paralisações e greves, na perspectiva da deflagração da greve geral”.

## Ilegítimo porque é golpista

Importante também foi o debate acerca da caracterização do governo Temer. Um amplo conjunto de delegados, de distintas posições, sustentou a necessidade de dar nome aos bois: governo golpista. A diretoria, contudo, sustentou a formulação “governo ilegítimo” (sem explicar de onde vinha a ilegitimidade) e, com o argumento de que quem defende que o governo é golpista está tentando passar o apoio a Lula em 2018! A votação dividiu o plenário, com 150 delegados votando a formulação da Diretoria e 127 pela fórmula sustentada pelo Renova ANDES, e por grande número de professores que apoiam a Diretoria, sendo que a proposta foi defendida em plenário pela professora Marina Barbosa, ex-presidente do ANDES-SN. De todo modo, não deixa de ser um avanço a caracterização de Temer como ilegítimo, que não constava ainda das resoluções do sindicato.

Infelizmente, o Congresso, mais uma vez, abriu mão de discutir a questão do índice de reajuste salarial e dos pontos da carreira do setor das IFES a serem apresentados como pauta ao governo. Este item, central num congresso sindical, mais uma vez foi relegado, chamando a atenção para a necessidade de recuperar o caráter sindical do ANDES-SN no próximo período.

Fato que marcou o Congresso foi a presença ativa do Fórum Renova ANDES-SN que, nas palavras do professor Carlos Müller, diretor de política sindical da Adufal, “se apresentou como uma força capaz de colaborar para que o sindicato nacional busque a formação de uma ampla frente de resistência com outros sindicatos e centrais sindicais para impedir a onda conservadora e reacionária que tomou conta do congresso nacional e do governo federal. Foi a partir de proposta do Renova Andes que a plenária aprovou a adesão do ANDES-SN à paralisação prevista para o dia 15 de março” (Site da Adufal, 30 de janeiro de 2017).

Eudes Baima

## SP: Saúde Pública

Médicos fazem greves para garantir salários

Em vários municípios do estado, no final do ano passado, trabalhadores da saúde que atendem o setor público e de organizações sociais deixaram de receber seus salários e/ ou décimo terceiro. Trabalhadores médicos de prefeituras e de organizações sociais, tanto celetistas quanto os com contrato precários (contratados por CNPJ), se mobilizaram frente a falta de pagamento e com o descaso com as condições de trabalho e com a assistência a população.

A alegada falta de recurso só tende a se agravar, com os programas de ajuste fiscal e o aumento do desemprego, gerando perda de “planos de saúde” pelos trabalhadores..

Em alguns municípios, a categoria de médicos organizada pelo Sindicato dos Médicos de São Paulo - SIMESP, após negociações frustradas entraram em greve, para receber os salários.

Em 11 de janeiro, médicos do Hospital Regional de Itanhaém, sem receber a 2ª parcela do 13º salário, entraram em estado de greve.

Os médicos da prefeitura de Ribeirão aderiram a greve junto aos demais servidores, deflagrada devido ao atraso nos pagamentos referentes ao mês de dezembro. Após 5 dias de greve, foi realizado o pagamento, e a greve foi encerrada.

# CUT indica 15 de março como Dia nacional de Paralisação

Primeira reunião da Executiva nacional em 2017 adota calendário de mobilização

Reunida em São Paulo, em 1º de fevereiro, a Executiva nacional da CUT debateu a conjuntura que atravessa o movimento sindical – com a alta taxa de desemprego e os ataques aos direitos previdenciários e trabalhistas promovidos pelo governo golpista – concluindo por adotar um calendário de mobilização de suas bases, que inclui a preparação de um Congresso extraordinário da central em agosto.

No debate, Julio Turra combateu a ideia de que “o mundo vive uma onda conservadora”, como se os povos fossem responsáveis por isso. Na verdade, disse ele, a falência da política de uma certa “esquerda” em vários governos, como na França com o PS, que aplicaram planos de ataques

aos direitos sociais e trabalhistas para salvar o capital, é que abriu terreno para a direita. A eleição de Trump nos EUA, acrescentou, é um fator de crise nas relações entre os imperialismos, “dividindo e desorganizando nossos inimigos de classe”, e é preciso que as organizações dos trabalhadores “se apoiem na resistência que existe em toda parte, contra a política de liquidação de direitos e conquistas”.

Quanto ao Brasil, Julio destacou a greve nacional da Educação, com início em 15 de março, como um ponto de apoio para a construção da greve geral necessária para barrar as contrarreformas da Previdência e trabalhista, tal como fizeram companheiros das diferentes correntes da central, insis-

tindo na centralidade do “Fora Temer, nenhum direito a menos” e, diante da crise institucional profunda, a necessidade não só de eleger um presidente, como defendeu Vagner Freitas, mas também de uma Constituinte que abra a via para as reformas populares.

## É hora de mobilizar todas as bases sindicais

Até o fechamento desta edição, não era pública a resolução da executiva da CUT, mas uma entrevista de seu presidente, Vagner Freitas, no site da central, dá o tom do que foi decidido. Além de indicar e propor às demais centrais o 15 de março como Dia nacional de paralisação, Vagner afirma: “As centrais sindicais não podem

entrar no canto da sereia que ele (Temer) deseja, de discutirem e acabarem homologando a retirada de direitos dos trabalhadores”, pois “o ilegítimo não é a CUT negociar com o Temer, o ilegítimo é o Temer”.

Desde já, a CUT orienta sua base a uma ampla campanha de esclarecimento sobre a destruição da Previdência e das aposentadorias embutida na “antirreforma” de Temer, bem como dos ataques aos direitos trabalhistas e aos sindicatos, levando-a a todos os municípios onde existir um sindicato cutista e propondo comitês que agrupem os movimentos populares e todos os prejudicados por esses ataques.

Lauro Fagundes

## Greve dos servidores de Florianópolis

Categoria exige revogação do pacote de ajuste fiscal

Logo após sua vitória no 2º turno das eleições municipais, o prefeito eleito de Florianópolis, Gean Loureiro (PMDB), foi a Brasília reunir-se com o golpista Temer. Na volta trouxe na bagagem um pacote de 36 projetos de leis que atacam as conquistas dos trabalhadores da cidade.

Tais projetos vão desde o parcelamento da cota patronal da previdência, criação de fundo complementar com teto do regime geral, diminuição do valor de hora extra, revogação do plano de carreira, até a retirada de direitos das gestantes. Além disso, parcerias público-privadas, lei do voluntariado no serviço público, isenções fiscais para as empresas e legalização de construções que ferem o plano diretor colocando em risco a preservação ambiental na ilha. O pacote tramitou em regime de urgência e em apenas 10 dias o governo aprovou as medidas. Os trabalhadores que entraram em greve, em dia 16 de janeiro contra sua aprovação, permanecem parados exigindo a revogação do pacote.

Na votação na Assembleia Legislativa, além de ferir o regimento para tramitação, o governo montou um forte aparato policial para reprimir os

trabalhadores e impedir a presença da população nas galerias.

No dia seguinte à aprovação do pacote a categoria, por ampla maioria, decidiu pela continuidade da greve iniciando a luta pela revogação. Hoje cerca de 90% da categoria está paralisada. O trabalhadores do magistério, mesmo em férias, já se preparam para não iniciar o ano letivo em fevereiro, aderindo à greve.

Na empresa de coleta de lixo se fortalece a discussão para a adesão à greve. No dia da votação do pacote os trabalhadores paralisaram por 24 horas. Agora, diante da possibilidade de privatização da empresa, a temperatura subiu no pátio e a adesão à greve por tempo indeterminado começa a ser definida. Nenhum direito a menos, está é a palavra de ordem que unifica a categoria para enfrentar o governo do PMDB e discutir a preparação da greve geral, pois os trabalhadores de Florianópolis não tem dúvida que só com a derrubada do governo golpista de Temer podemos manter nossas conquistas. Fora Temer! Fora Gean! Esta foi a palavra de ordem aprovada por unanimidade na assembleia dos servidores.

Renê Muraro

## Novas medidas contra os professores do Paraná

“A resistência vai prosseguir, vamos construir a greve nacional da categoria”

O governador Beto Richa (PSDB), segue a sanha destruidora contra os servidores públicos. Depois de ter se apropriado do fundo de previdência, por meio do massacre de 29 de abril de 2015, de acabar com o reajuste salarial que o próprio governo havia assinado, agora anuncia novas medidas para retirar direitos.

Elas significarão pelo menos mais 7 mil professores desempregados, a redução da hora atividade de 35% para 25% e a penalização dos educadores que tirarem licença médica.

Diante disso, os professores, organizados na APP-Sindicato, ocuparam a Secretaria da Educação em Curitiba, dia 26 de janeiro, exigindo a retirada

das medidas. A ocupação durou o dia inteiro e só terminou com a medida judicial de reintegração de posse e a truculência própria do governo, que lotou a Secretaria de policiais, e diz que não volta atrás.

Mas a luta continua. Marlei Fernandes de Carvalho, da direção da APP e vice-presidente da CNTE, diz que as ações de Richa “são a continuidade do golpe”, e completa: “Para retirar nossos direitos, Richa precisa atacar a APP e mentir para a sociedade, mas a resistência vai prosseguir, vamos construir a greve nacional da categoria”.

Correspondente



No dia 17 de janeiro o juiz do Tribunal Regional do Trabalho (AM-RR) decretou a prisão de diretores do Sindicato dos Rodoviários de Manaus por descumprimento de ordem judicial que proibia a greve da categoria, determinando a circulação de 100% da frota de ônibus. Como a paralisação conquistou o pagamento do Dissídio Coletivo de 2016 no mesmo dia, com a volta ao trabalho o juiz revogou o mandato de prisão dos sindicalistas. Esse fato inaceitável, demonstra o papel da Justiça, no contexto de um governo golpista, de buscar impor aos trabalhadores a retirada de direitos, entre eles o direito de greve.

# A militância disse não!

De todos os cantos do país uma só mensagem: não votem em golpistas!

Como há muito tempo não se via, a Resolução do Diretório Nacional do PT que abriu a possibilidade de voto, para presidência do Senado e da Câmara, em candidatos golpistas (ver pag. 4), provocou uma imediata reação da militância. Já no dia 21, do interior da Bahia, vinha um recado: “Nós, (filia dos/as e militantes, vereadores/as, ex-prefeitos), presentes no Encontro Regional do Partido dos Trabalhadores da Bacia do Jacuípe e região, reunidos em Baixa Grande, por meio deste documento vimos manifestar nosso desacordo a qualquer tentativa de aliança com representantes da elite golpista para a eleição que definirá o comando das Mesas da Câmara Federal e do Senado”. Assinada por 11 Diretórios Municipais, foi um dos primeiros, da enxurrada de posicionamentos da militância.

De diferentes instâncias partidárias, de sindicalistas e jovens, militantes identificados com todas as correntes do PT, deram seu recado: não votem em golpistas! Reproduzimos abaixo trechos de algumas dessas mensagens.

## “Não estamos num momento de regular legalidade”

Em carta aberta às bancadas, presidentes dos Diretórios Zonais do PT Paulista se posicionaram:

“Nós, presidentas e presidentes de 25 Diretórios Zonais do PT de São Paulo, expressando o sentimento e a vontade de milhares de militantes, nos dirigimos respeitosamente aos nossos valorosos parlamentares no sentido de apelar para que, de forma unânime, rejeitem acordos para composição de eleição das mesas da casa com os partidos que cometeram o golpe de estado no Brasil.

Não estamos num momento de regular legalidade. É preciso se somar a todo esforço de mobilização social contra Temer e seus partidos golpistas e, no parlamento, devemos continuar a denúncia e rejeitar qualquer movimento que possa significar uma cobertura que dê fôlego a Temer”.

## “Nós que lutamos contra o golpe não aceitamos que isso aconteça”

Encabeçada por 31 membros da Executiva Nacional da CUT, petistas, identificados com todas as correntes do PT, e com a adesão de dezenas de dirigentes sindicais petistas, a carta enviada aos parlamentares afirma:

“O Diretório Nacional do PT ao remeter para as bancadas a decisão final sobre o voto a ser expresso pelo PT, deixou aberta a possibilidade de

um acordo com deputados ou senadores da base do governo golpista de Temer. Nós que lutamos contra o golpe não aceitamos que isso aconteça. Manter a nitidez política do PT é fundamental, ainda mais diante da polarização com os golpistas que protagonizamos em todos os terrenos, desde a ação do movimento sindical e popular, até as duas casas do Congresso Nacional.

Por isso que nós, abaixo assinados, a título individual como dirigentes da Central Única dos Trabalhadores (CUT) que somos militantes do PT, nos dirigimos a nossos companheiros deputados federais e senadores pelo partido, pedindo-lhes que tomem posição contrária a qualquer acordo ou voto em candidatos golpistas nas eleições para as mesas das respectivas casas, correspondendo assim à vontade, temos certeza, da esmagadora maioria da militância petista que intervém na luta cotidiana dos sindicatos e movimentos populares, por Fora Temer, por nenhum direito a menos e em defesa da democracia”.

## “Ajudem a fazer nas ruas a verdadeira resistência contra o governo”

Estudantes secundaristas de São Paulo, também se posicionaram:

“Nós estudantes paulistas, dirigentes da UPES e de grêmios estudantis viemos a público dizer a estes parlamentares: quem luta contra o golpe e defende o povo, não deve votar em golpista! O apoio a candidatos golpistas enfraquece a luta pelo “Fora Temer” e em defesa dos direitos. Rodrigo Maia, Eunício Oliveira e tantos outros da base de Temer, votaram pela PEC 55 e votaram na Câmara a MP da Reforma do Ensino na calada da noite! Passamos todo o ano de 2016 numa dura luta contra esses golpistas. Luta que certamente vai continuar em 2017, com a vontade e disposição que os estudantes secundaristas demonstraram ter!

Há alternativa! Se comprometam completamente com as pautas populares, com a defesa de nossos direitos e ajudem a fazer nas ruas a verdadeira resistência contra o governo Temer.”

## “Vamos aprender as lições do golpe: basta de conciliação!”

Do Paraná dezenas de petistas também mandaram seu recado:

“Somos petistas de diversas correntes internas de pensamento e consideramos que essa decisão abre espaço para a possibilidade de apoio do PT a parlamentares golpistas. Os golpistas continuam patrocinando um proces-

so de golpe contra a democracia e a soberania nacional, para a volta das privatizações e para atentar contra os direitos e conquistas elementares do povo trabalhador, com as reformas da Previdência e Trabalhista e o desmonte dos programas sociais, numa regressão social que joga milhões de brasileiros e brasileiras na exclusão e na miséria, com o único objetivo de transferir recursos, renda e patrimônio nacional aos especuladores e rentistas internos e externos.”

Vamos aprender as lições do golpe: basta de conciliação! Fora Temer! Nenhum acordo com golpistas!”

## “Nenhuma trégua ao golpismo”

O recado de petistas de Cuiabá (MT):

“A pretexto de ‘ocupar espaços’, o único efeito prático de um acordo para votar em Maia-Eunício seria legitimar os golpistas.

Choca-se com a realidade o argumento de que os parlamentares precisam de cargos nas mesas para interferir na reforma da previdência. Pois somente a mobilização popular

poderá barrar esse e outros ataques. E o que os parlamentares fizerem no parlamento poderá ajudar ou prejudicar a mobilização: aliar-se com golpistas, definitivamente, confunde e desmobiliza. Maia Não! Eunício Não! Nenhuma trégua ao golpismo!”

## “O efeito prático é a desmoralização da militância”

Do Amazonas:

“Aqui em Parintins também sentimos o golpe de 2016. A cada dia a situação econômica da população da ilha piora, e as conquistas do governo Lula e Dilma estão ameaçadas, assim como todos os direitos conquistados desde a redemocratização do país. Professores, agentes de saúde, trabalhadores rurais, jovens e estudantes repudiaram em massa a PEC 55 ocupando as ruas quando convocado por suas organizações. Não aceitamos o pretexto de votar em Maia e Eunício para ‘ocupar espaço!’ O efeito prático desse acordo é a confusão da base e desmobilização da militância.”

## O recado foi dado



Por unanimidade deputados descartam voto em golpista

A reação da militância fez com que a bancada de deputados descartasse a possibilidade de votar em Maia. No fechamento dessa edição, iniciava-se a votação na Câmara. A bancada do PT decidiu, em 31 de janeiro, por unanimidade (foto) apoiar a candidatura da oposição de André Figueiredo (PDT).

## Já no Senado...

Eunício Oliveira foi eleito presidente, no dia 1º de fevereiro. A bancada do PT, decidiu por maioria, liberar o voto. Seis senadores

(Ângela Portela, Fátima Bezerra, Gleise Hoffman, Lindbergh Farias, Paulo Paim e Regina de Souza) em nota pública afirmaram que “em consonância com a vontade política da base militante”, decidiram “não votar nas candidaturas de Eunício Oliveira ou José Medeiros”. Os outros quatro senadores (Humberto Costa, José Pimentel, Paulo Rocha e Jorge Vianna), em choque com a vontade dos militantes, e os interesses dos trabalhadores, votaram no golpista eleito, em troca de cargo na mesa!

# Os antecedentes da eclosão da Revolução de Fevereiro na Rússia

O “ensaio geral” de 1905, a “Grande Guerra” iniciada em 1914 e a ação das massas

A partir desta edição, e até o início de novembro de 2017, nosso jornal publicará artigos sobre o desenvolvimento da Revolução Russa de 1917, seus ensinamentos e impactos sobre a situação mundial.

O ângulo que abordaremos é o da atualidade da Revolução Russa, pois não se trata de “comemorar” algo do passado que hoje estaria superado, mas sim de ajudar os militantes do movimento dos trabalhadores e da juventude a combaterem de forma eficaz o capitalismo, na sua etapa imperialista, cuja sobrevivência ameaça a humanidade de catástrofes sem fim, senão de destruição.

## O Império Russo no cenário mundial

A célebre fórmula de Lenin, líder dos bolcheviques<sup>1</sup>, de que “a cadeia imperialista se rompeu no elo mais frágil”, indica que é impossível compreender a revolução socialista na Rússia separada do desenvolvimento do capitalismo, entrado em sua fase imperialista, em escala europeia e mundial.

Com efeito, a Rússia, no cenário das potências imperialistas que se engalfinharam na 1ª Guerra Mundial (1914-18), era o “elo mais frágil” por ser um país de desenvolvimento capitalista atrasado, de esmagadora maioria de população rural recém saída da servidão (abolida em 1861), mas que, por fazer parte do circuito internacional de acumulação do capital, havia incorporado uma indústria concentrada em grandes unidades de produção, sob a proteção da burocracia imperial e, em larga parte, fruto de investimentos estrangeiros (vindos da França, Alemanha, Bélgica).

Resulta desse desenvolvimento desi-

gual e combinado da Rússia a natureza das classes que vão se enfrentar ao longo dos oito meses que separaram a eclosão da revolução em fevereiro e a tomada do poder pelos soviets em outubro de 1917. Como explicou León Trotsky na sua “História da Revolução Russa”:

“A incapacidade política da burguesia foi determinada diretamente pelo caráter das suas relações com o proletariado e os camponeses. Ela não podia arrastar consigo os operários que se lhe opunham odiosamente na vida cotidiana, e que, cedo, aprenderam a dar um sentido mais geral às suas ambições. Por outro lado, a burguesia foi igualmente incapaz de arrastar a classe camponesa, porque foi apanhada nas malhas dos interesses comuns com os dos proprietários de terras, e que temia uma ameaça à propriedade, de qualquer maneira que fosse. Se a revolução russa tardou a desencadear, não foi somente uma questão de cronologia: a causa deve-se também à estrutura social da nação”<sup>2</sup>.

## O “ensaio geral” de 1905

Em 1904 o Império Russo, em expansão para o Oriente, entrou em guerra contra o Império japonês e sofreu uma terrível derrota, a primeira de uma potência europeia diante de um país asiático. O esforço militar russo recaiu sobre o povo pobre, os operários e camponeses, que sofreram enormes padecimentos que fermentaram uma explosão revolucionária.

Em 22 de janeiro de 1905 (9 de janeiro, no calendário russo da época) ocorreu o “Domingo Sangrento”, uma marcha pacífica de 1,5 milhão de pessoas na capital imperial de São Petersburgo, para entregar uma petição ao Czar (imperador) Nicolau 2º, foi selvagememente reprimida com milhares de mortos. Foi o estopim para ocupações de terra e greves nas cidades que se prolongaram até novembro daquele ano.<sup>3</sup>

Como forma de coordenar as várias greves, surgiram os soviets (conselhos operários) desde o início de 1905, sendo reprimidos e vol-



1905, povo sofre a miséria como consequência da guerra

tando a reaparecer na greve geral de outubro do mesmo ano. Trotsky, com 25 anos e voltando do exílio, chegou a presidir o soviete de São Petersburgo. A expressão “ensaio geral” é de Lênin, e, de fato, como explica Trotsky:

“Os acontecimentos de 1905 foram o prólogo das duas revoluções de 1917 – a de fevereiro e a de outubro. O prólogo continha já todos os elementos do drama, que, porém, não estavam afinados. A guerra russo-japonesa fez tremer o czarismo. Utilizando o movimento de massas como contraste, a burguesia liberal alarmou a monarquia pela sua oposição. Os operários organizavam-se independentemente da burguesia, opondo-se mesmo a ela, quando nasceram os soviets (ou conselhos) pela primeira vez. A classe camponesa insurgia-se sobre uma imensa extensão de território, pela conquista de terras. Da mesma forma que os operários agrícolas, os efetivos revolucionários no exército foram atraídos pelos soviets, os quais, no momento onde o desenvolvimento revolucionário era mais forte, disputaram abertamente o poder à monarquia. Todavia, todas as forças revolucionárias se manifestaram pela primeira vez, elas não tinham experiência, faltava-lhes firmeza. Os liberais afastaram-se ostensivamente da revolução quando se tornou evidente que não bastava fazer tremer o trono, mas que era necessário o derrubar. A brutal ruptura da burguesia com o povo – tanto mais que a burguesia arrastava desde então consideráveis grupos de intelectuais democratas – facilitou à monarquia a sua obra de desagregação no exército, de escolha de contingentes fiéis e de repressão sangrenta contra os operários e camponeses. O czarismo, mesmo tendo algumas costelas quebradas, saía vivo, suficientemente vigoroso, das dificuldades de 1905”<sup>4</sup>.

Passados doze anos, em 23 de fevereiro de 1917 (8 de março no calen-

dário atual), com a Rússia novamente sofrendo os efeitos terríveis da guerra, por ocasião da manifestação em São Petersburgo do “Dia internacional das mulheres”, as fábricas do bairro operário de Vyborg<sup>5</sup>, contrariando a opinião de seus dirigentes políticos e sindicais (inclusive dos bolcheviques), entraram em greve.

Com as trabalhadoras têxteis à cabeça, mães e esposas de soldados que estavam no front, as greves prosseguem até o dia 27 de fevereiro, quando o regime imperial da Rússia é derrubado pela ação das massas. É do que trataremos em próximas edições.

Julio Turra

## Notas

1. Em 1898 fundou-se o Partido Social Democrata Operário Russo (POS DR), que no seu 2º congresso de 1903, dividiu-se em duas frações, bolcheviques (maioria) e mencheviques (minoridade), em função da discussão sobre a organização do partido (ver o “Que fazer?”, de Lenin). Após a tomada do poder em outubro de 1917, os bolcheviques passaram a denominar-se Partido Comunista de toda a Rússia (bolcheviques) e, em 1922, Partido Comunista da União Soviética.
2. “As particularidades do desenvolvimento da Rússia”, Tomo 1 – A Revolução de Fevereiro, in “A História da Revolução Russa” de León Trotsky.
3. Sobre a Revolução de 1905 ver “Balanço e Perspectivas” de León Trotsky, publicado em 1906.
4. “As particularidades do desenvolvimento da Rússia”, Tomo 1 – A Revolução de Fevereiro, in “A História da Revolução Russa” de León Trotsky.
5. Distrito industrial de São Petersburgo (depois Petrogrado), onde concentravam-se grandes fábricas metalúrgicas e têxteis nas quais os revolucionários desenvolviam seu trabalho de organização sindical e política, vindo a transformar-se num bastião dos bolcheviques em 1917.



Massacre do Domingo Sangrento

# Venezuela: a direita em seu labirinto

2017 anuncia-se como um ano decisivo para a luta dos trabalhadores e do povo

O ano começou com o aprofundamento do confronto político entre a Assembleia Nacional, dirigida pela oposição, e o presidente Nicolás Maduro. A Assembleia declarou Maduro culpado por “abandono de cargo”, mas tal atitude teve pouco impacto popular e nenhuma credibilidade.

Isso porque a relação de forças institucional reflete o que ocorre nas ruas. O Tribunal Supremo já havia declarado, há meses, que o poder legislativo está em situação de desacato de suas decisões e, segundo a Constituição, a Assembleia não tem poder de declarar abandono de cargo do presidente.

A frente opositora – Mesa da Unidade Democrática (MUD) - fragmenta-se e a mobilização que chamou em 23 de janeiro, pela antecipação de eleições gerais, ficou abaixo das expectativas. Em 26 de janeiro, a MUD declarou que a negociação com o governo, mediada, entre outros, pelo Vaticano, é um “capítulo encerrado”.

A oposição está perdida num labirinto. A sua única saída, diante do fato que o Conselho Nacional Eleitoral aprovou o calendário que prevê apenas eleições regionais em 2017,



Janeiro 2017, Maduro anuncia aumento do salário mínimo

seria esperar dezembro de 2018 para tirar Maduro da presidência.

Mas, a MUD deve continuar tentando o mesmo tipo de iniciativas que tentou até agora, enredando-se em si mesma.

A pressão imperialista do governo dos Estados Unidos, avivada por Obama que, ao abandonar a presidência, prolongou a vigência do seu decreto que declara a Venezuela uma “ameaça à segurança dos EUA”, vai continuar com Trump. Pelo menos é o que declarou o novo Secretário de Estado, Rex Tillerson, dizendo que buscará uma “transição democrática” na Venezuela.

## Decreto de aumento dos salários

No início do ano, Maduro decretou

novo aumento do salário mínimo e das pensões em 50% a partir de janeiro. Em dezembro passado, o governo já havia outorgado 80 mil novas pensões, o que totalizou uma cobertura de 3 milhões e 283 mil pensões para homens e mulheres em idade de aposentadoria (90% dos idosos).

O aumento, se aplicado à tabela de salários da administração pública, recompõe o salário. O que criou uma diferença com os salários das empresas privadas, das quais muitas não têm tabelas salariais, sendo o salário mínimo a regra geral. Neste momento começam as discussões das convenções coletivas do setor universitário, do setor alumínio e dos trabalhadores da Siderúrgica

Orinoco (Sidor).

Apesar da conjuntura econômica de 2016, com a queda dos preços do petróleo e o boicote empresarial, o Estado destinou 73% do seu orçamento para inversões sociais em saúde, educação e moradia. Os preços sobem semanalmente, o abastecimento é irregular por vias normais e muito caro. O governo criou comitês locais de abastecimento e produção (CLAPs) que vendem comida a preço subsidiado.

Mas, para os trabalhadores e suas organizações, para a base popular do chavismo, seria necessário reordenar a base material da economia. O que não pode ser feito através da busca de um acordo permanente com aqueles que impulsionam o boicote econômico, como pretendem setores de cúpula do Estado e do chavismo.

Somente a partir de medidas que avancem na defesa do povo trabalhador, em detrimento dos grandes grupos econômicos que monopolizam as importações, os alimentos, os produtos farmacêuticos, poderão ser desatados os nós que travam a impulsão da produção nacional.

Alberto Salcedo, de Maracaibo

# Mobilizações contra aumentos tomam o México

Mexicanos resistem às medidas de Peña Nieto, a serviço do capital financeiro

Desde o início do ano, várias mobilizações ocorrem no México contra o aumento da gasolina (chamado de gasolinaço), decretado pelo governo de Peña Nieto (PRI). Os atos, que começaram espontaneamente, assumiram várias formas: bloqueios de ferrovias e de rodovias, manifestações com milhares de pessoas, tomadas simbólicas de prédios governamentais etc. Na Baixa Califórnia, foram ocupados os depósitos de gasolina da estatal Pemex.

O governo respondeu com repressão, que causou mortes. A palavra de ordem que unifica os manifestantes é: “Não ao gasolinaço!”. Em muitos casos, houve gritos de “Fora Peña Nieto!”.

O governo de Peña Nieto decretou o gasolinaço, com 20% de aumento do preço do combustível, e ordenou também a destruição do serviço público nacional de distribuição da Pemex. Aumentou ainda as tarifas de luz e gás e anunciou a elevação de preços do pão e da tortilha.

Esse é um salto na política de guerra social contra o povo e a nação. O governo permite que as “forças livres” do mercado (o capital financeiro)



Mexicanos começam o ano protestando contra aumento dos preços

fixem os preços. Em fevereiro, haverá novo aumento da gasolina. Na energia elétrica, o governo pretende “suprimir os subsídios”, tal como exige o FMI, o que vai encarecer em muito as contas mensais, principalmente das famílias mais pobres.

Todos os partidos institucionais (PAN, PRD, Panal, Verdes, PT etc.) concordaram com o gasolinaço, ao aprovarem o orçamento federal de 2017. Uma

profunda crise política se abriu no regime do PRI e entre esses partidos. Tudo isso no momento em que o governo Trump, dos EUA, anuncia que imporá condições ainda mais desvantajosas no comércio estadunidense com o México.

## Unidade é necessária

Essa situação é inaceitável para o povo mexicano. Por isso, o grito de “Fora Peña Nieto” se amplia nas manifesta-

ções. E a mobilização coloca a questão da necessária unidade. Em vez disso, muitas entidades têm convocado manifestações separadas, em datas diferentes.

Companheiros do “Comitê de Diálogo entre Trabalhadores”, que buscam contribuir na luta por uma representação política nacional da classe trabalhadora, divulgaram uma declaração na qual afirmam: “A mobilização, tal como se desenvolveu na primeira semana de janeiro, mostra que o descontentamento das grandes maiorias está tomando uma nova dimensão. No entanto, para deter as medidas de guerra social do governo do PRI, apoiadas pelos partidos institucionais, é necessária a mobilização unitária de todas as organizações sindicais, sociais e políticas que se manifestam em defesa dos direitos do povo trabalhador e dos interesses nacionais”. Esse comitê está organizando uma conferência nacional, para 8 de abril, com o objetivo de “discutir os distintos pontos de vista e propostas que se expressam nesta nova situação social que se desenvolve”.

Correspondente

# Palestinos lutam contra demolição de casas

Estado de Israel destrói residências de árabes palestinos para expulsá-los das terras que lhes pertencem

Taher, militante palestino que vive nos territórios ocupados em 1948, relata a mobilização que vem ocorrendo nas últimas semanas. Entrevista concedida ao jornal "Informações Operárias", do Partido Operário Independente (POI) da França.

**IO - O que motivou a nova jornada de greve geral e as manifestações dos palestinos nas fronteiras de 1948 (do Estado de Israel) em 21 de janeiro?**

**Taher** - As demolições de casas em Qalansawe, no centro do país, em 10 de janeiro, foram seguidas, no dia 18, por outras em Umm al-Hiran, no Neguev (região desértica ao sul de Israel - NdT). Logo de manhã, helicópteros sobrevoaram a vila e policiais começaram a bater e a apontar seus fuzis contra as pessoas. Eles demoliram uma dezena de casas, e a população enfrentou-os. A polícia atirou em um homem, matando-o. Era um professor de matemática de 46 anos, que as autoridades acusam de praticar ato terrorista. É uma mentira. Homens, mulheres e crianças foram feridos pelos tiros da polícia, entre os quais o responsável da Lista Árabe Unificada às eleições do Knesset (parlamento israelense). Assim que a informação começou a circular, centenas de manifestantes se reuniram pelo país gritando: "Chega de mortes de civis e de demolições de casas!". Manifestações ocorreram em Telaviv e em Jerusalém, convocadas por várias associações.



Milhares de árabes palestinos saíram às ruas de Arara contra a destruição de suas casas pelo Estado de Israel

**IO - Por que ocorrem essas demolições de casas?**

**Taher** - Para construir localidades israelenses no lugar de uma localidade árabe. Nos anos 1950, as autoridades israelenses expulsaram os beduínos das vilas da região de Umm al-Hiran de suas terras porque tinham necessidade delas para criar um kibutz (comunidade israelense - NdT). Mais de 60 anos depois, a mesma coisa acontece. Umm al-Hiran foi destruída para que uma comunidade exclusivamente israelense pudesse ser construída. Há uns 15 anos, a Agência Judaica por Israel, executora dos planos dos governos sionistas, desenvolveu uma campanha para expulsar todos os árabes do Neguev. Esse é o objetivo. Dezenas de

milhares de palestinos que vivem nas fronteiras de 1948 construíram suas casas em terras que lhes pertencem desde muito antes da criação do Estado de Israel. Mas o Estado sionista recusa-se a lhes conceder o título de propriedade, confisca suas terras, demole suas casas e até mesmo cobra o preço da demolição. Na Cisjordânia, as escavadeiras israelenses demoliram, em 2016, três vezes mais casas e sítios de palestinos do que em 2015. Em Jerusalém, o prefeito mandou destruir cerca de 500 casas palestinas em Jerusalém Oriental nos dois últimos anos. E a Autoridade Palestina não diz uma palavra, ou então deplora que isso entrave a solução de dois Estados. Mas é isso a justaposição de dois Estados!

É o apartheid, certamente, mas para destruir todo um povo, impedi-lo de existir. É como quando os palestinos foram expulsos em 1948: a Nakba (catástrofe, em árabe). As famílias árabes são vítimas de uma limpeza étnica em seu próprio país.

**IO - Qual foi a reação dos palestinos?**

**Taher** - A mobilização foi muito grande. No dia 19 de janeiro, houve uma nova greve geral, com adesão maciça. Escolas, instituições, comércio e empresas ficaram fechados. Depois houve uma manifestação-monstro no dia 21. Milhares de árabes palestinos das fronteiras de 1948 se manifestaram em Arara, cidade situada a 30 minutos de Nazaré, onde 25 casas deveriam ser destruídas. Bandeiras palestinas foram brandidas e slogans foram lançados contra o racismo de Estado, o apartheid e as demolições de casas.

**IO - E agora?**

**Taher** - O urgente é a coleta de cobertores, de colchões e de equipamentos que permitam àqueles que tiveram suas casas destruídas se aquecer e sobreviver. Um plano de reconstrução das casas demolidas foi discutido. A outra urgência é levar isso ao conhecimento dos povos do mundo e denunciar a política de apartheid do Estado sionista contra os palestinos das fronteiras de 1948.

## Itália: municípios sem recursos para enfrentar abalos sísmico

"Nós apelamos a todo mundo, exército, bombeiros, mas ninguém veio"

O centro da Itália foi sacudido na quarta-feira, 18 de janeiro, por uma série de violentos abalos sísmicos. Uma região que já havia sido atingida em agosto último por um terremoto que fez trezentos mortos, na região de Amatrice.

Desta vez, os abalos aconteceram em meio a fortes nevascas. Segundo a Cruz Vermelha italiana, dezenas de pessoas ficaram ilhadas, cidades isoladas do resto do mundo e cento e trinta mil residências sem energia elétrica. Houve cerca de vinte mortos nesse dia.

Muitos prefeitos manifestaram sua revolta. No domingo à noite, quando a terra ainda não havia começado a tremer, as estradas já estavam impraticáveis, soterradas pela neve, levando os prefeitos a lançar um alarme pela possibilidade de isolamento.

"Nós chamamos todo mundo, o exército, os bombeiros, mas ninguém chegou. É impossível usar as estradas para colocar as pessoas em segurança,



A destruição provocada pelo abalo sísmico

pois os recursos que dispomos não estão em condições de funcionar".

Apelos desesperados à defesa civil foram feitos por muitos habitantes: os MAP, módulos de habitação provisórios construídos após o terremoto de Áquila em 2009, estão completamente soterrados pela neve! Nessas condições, na quarta-feira após os tremores, as cidades ficaram inacessíveis ao socorro.

**Desastre programado**

O prefeito de Campotosto, no coração da zona atingida, testemunha: "Nós estamos sob dois metros de neve." Ele explica que, nos Apeninos, sempre há muita neve no inverno. Não é uma novidade em 2017. Nos anos anteriores os municípios sempre conseguiram lidar com as urgências. Mas agora, os recursos colocados à sua disposição são cada vez menores. E,

para liberar as estradas, são necessários outros meios e também especialização.

Estas são as consequências das políticas levadas a efeito pelos diferentes governos: redução dos serviços públicos, municípios financeiramente asfixiados, falta de recursos em pessoal e material...

É nessa situação de urgência que o presidente do Instituto Nacional de Geofísica e Vulcanologia (INGV) lança um apelo: "O orçamento atribuído ao INGV é insuficiente para mantê-lo vivo. Ele não permite cobrir as despesas, nós não conseguimos pagar os salários, o funcionamento das estruturas e não temos dinheiro para os projetos de pesquisa". Cinquenta milhões de euros por ano, dos quais quarenta são para pagar os salários: é o orçamento destinado ao INGV para a pesquisa sobre os terremotos na Itália, oitavo país no mundo mais atingido durante os últimos quinze anos.

# Os Estados Unidos primeiro

“Trump não é o arauto, mas sim o reflexo de uma nova era” (Le Monde)

Em seu discurso de posse, de apenas 15 minutos, no dia 20 de janeiro, Trump resumiu as pretensões do seu mandato. Salpicado com os “great” (“fantástico”), os “America first” (“os EUA primeiro”), habituais em Donald Trump, o discurso também veio com apelos ao povo americano, contra as elites, que já tinham marcado sua campanha eleitoral.

Mas para além de sua habitual forma grandiloquente, esse discurso exprime as violentas contradições em que está enredado o imperialismo estadunidense.

No seu interior reflete-se todo o impasse do sistema de dominação do imperialismo.

Como imperialismo mais poderoso, cabe aos EUA assegurar a manutenção da ordem mundial, desconjuntada pelos rearranjos provocados nos mercados pela guerra implacável travada entre os monopólios imperialistas.

## Peso demais sobre os ombros dos EUA

O mundo ainda não se recuperou da crise de 2007-2008, a maior desde a década de 1930. Em tal situação, a responsabilidade de manter a ordem mundial é pesada demais para ser colocada somente nos ombros dos EUA. Pois esse papel tem um custo: o orçamento militar dos EUA ultrapassa 3% do seu PIB, enquanto o dos outros membros da OTAN não chega a 2% (que é o mínimo fixado por essa organização).

Ao anunciar um distanciamento da OTAN, e mesmo sua saída, Trump faz pressão para seus aliados partilharem o peso desse custo.

## O impasse de todo o sistema

Noutro plano, ao ameaçar o mundo inteiro com uma guerra econômica e medidas de retaliação, Trump também expressa o impas-



No dia 21 de janeiro, horas depois da posse de Trump, em várias cidades dos Estados Unidos, como Washington e Los Angeles, centenas de milhares saíram às ruas em gigantescas manifestações contra o novo presidente

se que tomou conta do sistema imperialista. As forças produtivas colocadas em marcha pelo desenvolvimento do sistema capitalista – notadamente pelo desenvolvimento dos cartéis financeiros dos EUA – não podem ser fechadas no quadro das fronteiras nacionais, e Trump sabe disso. Ele faz ameaças mas sabe que o milagre das fenomenais capitalizações bolsistas da Apple, Google, Amazon,... é inseparável da entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC).

Trump ameaça reintroduzir direitos aduaneiros, desencadear uma guerra comercial e substituir os acordos de livre comércio por negociações e acordos bilaterais.

Ele negocia com o revólver sobre a mesa mas sabe que não tem poder para inaugurar uma nova era protecionista.

## A União Europeia em crise

A eleição de Trump ocorre num momento particular: a União Eu-

ropeia é o tratado comercial que foi mais longe, em nível mundial. Ora, ela está em crise pelas mesmas razões que a política dos EUA. Ela desagrega-se, pois está sujeita à pressão contraditória dos seus Estados-membros (cada um deles defendendo os seus próprios interesses) e, em simultâneo, à pressão da resistência dos povos desses Estados. O Reino Unido, afastando-se de uma União Europeia enredada na estagnação, está em vias de negociar sua saída. Os governos espanhol e italiano acabam de sofrer derrotas eleitorais, cujas consequências apenas começam a se esboçar.

As próximas eleições na França e na Alemanha estão repletas de incertezas. Essas situações decorrem da intensificação da luta de classes na Europa, com as manifestações contra a reforma do Código do Trabalho na França, da luta contra o Jobs Act (reforma constitucional) na Itália – que levou à derrota do primeiro ministro Matteo Renzi no referendo de 4 de dezembro, seguida de sua renúncia.

É nesta nova situação que se podem compreender os anúncios de Trump: como a União Europeia está em desagregação, vale mais a pena negociar diretamente com o Reino Unido, que é a maior potência financeira do velho continente.

## Manifestações maciças

Durante dezenas de anos, os lucros das multinacionais estadunidenses foram arrancados pela capacidade dos EUA lucrarem com a manutenção da ordem mundial. Agora, um setor do imperialismo estadunidense – representado por Trump – considera que é chegado o momento de dividir de uma outra forma os custos da manutenção dessa ordem com seus aliados.

Agindo assim, o imperialismo estadunidense transfere para os Estados desses aliados uma parte da carga explosiva contida em suas exigências.

Nesse sentido, a “virada” anunciada por Trump é apenas uma manifestação da crise e do impasse que dilacera as cúpulas do imperialismo mais poderoso, com todos os perigos que ela encerra para todo o mundo.

Esse impasse se manifestou de forma retumbante por um fato sem precedentes: as manifestações maciças dentro dos próprios EUA em reação à sua posse.

Devan Sohier

Texto original do jornal francês *Informações Operárias*, do Partido Operário Independente, POI, França

Nota do Tradutor: Este artigo já se estava publicado quando Trump editou seus primeiros decretos, entre eles os decretos anti-imigrantes, provocando uma maré de manifestações e de reações contrárias, inclusive nas cúpulas do imperialismo, e nas multinacionais aqui citadas, confirmando o impasse do sistema de dominação imperialista e que a eleição de Trump lança o mundo num período de incertezas.

## A LUTA CONTRA A OPRESSÃO DA MULHER

No período em que se prepara as atividades do 8 de março, sugerimos a leitura da coletânea que reúne textos de Engels, Marx, Rosa Luxemburgo, Lenin, Clara Zetkin, Alexandra Kollontai e Trotsky. Uma publicação que busca ajudar a retomada de uma abordagem da luta contra a opressão da mulher do ponto de vista da luta de toda a classe trabalhadora para por fim ao sistema baseado na exploração de homens e mulheres despossuídos, pelos homens e mulheres da classe possuidora. Organizada e apresentada por Misa Boito, a publicação pode ser adquirida com os militantes de O Trabalho, ou através do site [www.otrabalho.org.br](http://www.otrabalho.org.br)

Editora Nova Palavra  
Preço R\$ 15,00

## Assine O TRABALHO

Receba O Trabalho em sua casa, a cada quinzena

■ 12 edições: R\$45,00 ■ 24 edições: R\$90,00 ■ 24 edições Solidário: R\$150,00

A partir do nº \_\_\_\_\_ Nome: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_

CEP: \_\_\_\_\_ Tel.: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

Peça sua assinatura por e-mail ou carta

Deposite na conta Banco do Brasil – Agência: 4055-X, C/C: 8894-3 - CNPJ: 09001210/0001-79  
Envie comprovante junto com o cupom para Rua Caetano Pinto, 678 – CEP 03041-000 – São Paulo  
Fone: (11) 2613-2232 - e-mail: [otjornal@uol.com.br](mailto:otjornal@uol.com.br)

